

## **Ousar um novo Código de Processo Civil**

**Mariana França Gouveia**

Existe, entre a comunidade jurídica portuguesa actual, um consenso: o de que o nosso Código de Processo Civil (sendo curta e grossa) já não presta. Não pretendo com esta reflexão procurar as razões de ser desta constatação (ou sentimento) ou atribuir culpas a quem quer que seja. Parece-me um exercício inútil.

O que me interessa é o futuro.

Se é ponto assente que o Código não serve os interesses de Portugal no sec. XXI, tenho para mim que só a sua substituição permitirá corrigir o erro. Reformar este Código para o transformar naquilo que um Código de Processo deve ser hoje é missão impossível. O Código teve o seu tempo, hoje não tem salvação.

Também não vou falar aqui da importância que este diploma tem no sistema de Justiça. É certo que nem tudo o que de mal se passa na Justiça radica neste Código. Mas também é certo que a modernização se complica se não tiver instrumentos à sua medida. Estou convencida que um novo Código de Processo Civil é decisivo para a modernização do sistema de Justiça, de todo o sistema, não apenas o cível, porque este Código é aplicável subsidiariamente a quase todos os direitos processuais.

Mas não quero justificar. O que me motiva é o futuro.

A reforma do Código tem sido uma constante de todos os governos de Portugal. Será difícil encontrar um que o não tenha alterado e é fácil encontrar vários que o alteraram várias vezes. Nenhum porém se atreveu a iniciar os trabalhos da sua substituição. É trabalho ingrato, de sucesso muito duvidoso, provavelmente desastroso do ponto de vista político. É trabalho para, no mínimo, uma dezena de anos e a iniciativa legislativa em Portugal (em democracia) move-se à velocidade da legislatura. Este não é, pois, um trabalho do Governo. Não poderemos esperar do Governo (qualquer que ele seja) uma iniciativa neste âmbito.

Mas podemos nós ter essa iniciativa. Podemos nós, cidadãos não comprometidos com calendários eleitorais, iniciar esse trabalho. Por que não?

Nunca será trabalho inútil porque o progresso científico (e não só o tecnológico) produz desenvolvimento. Veja-se, a título de exemplo, o esforço da Associação Portuguesa de Arbitragem na aprovação de um projecto de Lei de Arbitragem Voluntária.

É tempo de deixar de esperar pela iniciativa pública e criticar a sua inexistência. É tempo de dar um salto qualitativo em Portugal e trabalhar independentemente dessa iniciativa.

Pelo nosso país, por nós todos.

(Voltarei, na próxima *coluna de opinião*, a este tema, traçando sugestões de trabalho)